

Paisagem agrária ao sul do Império do Brasil: pecuária, pequena agricultura e diversificação produtiva (Bagé, c.1820-1870)

Agrarian landscape to the South of the Empire of Brazil:
livestock, small agriculture and productive diversification
(Bagé, c.1820-1870)

Marcelo Santos Matheus*

<https://orcid.org/0000-0002-9313-4678>

Luís Augusto Ebling Farinatti**

<https://orcid.org/0000-0003-0853-3752>

Resumo

Ao longo do século XIX, o Rio Grande do Sul teve suas principais atividades econômicas ligadas à agropecuária e ao processamento de sua produção. A província se notabilizou pela criação de gado e produção de charque, que ligava a região com as áreas de economia de exportação. Durante muito tempo, a historiografia apontou para o mundo rural do extremo-sul insistindo nessa especialização, bem como em uma sociedade caracterizada pelas grandes estâncias pecuárias e pela predominância do trabalho de peões livres. Nas últimas décadas, porém, muitos estudos têm mostrado a variedade de situações existentes na província, destacando a existência de pequena e média produção agrária, uma importância inegável do trabalho escravo e as modulações importantes que ia para além da pecuária bovina. É neste último ponto que centramos o foco deste trabalho, com especial atenção para Bagé, um dos municípios mais conhecidos por sua especialização pecuária. Através de análise de inventários *post mortem* entre aproximadamente 1820 e 1870, bem como de outras fontes usadas de modo acessório, destacamos a existência sim da especialização na criação de gado bovino, porém também os modos específicos de sua combinação com uma variedade importante de outras atividades produtivas: agricultura de alimentos, produção de ovinos, equinos e muares. **Palavras chave:** Brasil oitocentista; paisagem agrária; diversidade produtiva.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: marcelo.matheus@ifrs.edu.br

** Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lafarinatti@gmail.com

Abstract

Throughout the 19th century, the main economic activities in Rio Grande do Sul were the ones related to agriculture and livestock. The province was notable for its cattle raising activities and *charque* (or salted beef) production, which linked the region to the Atlantic economy. For a long time, historiography insisted on this image: the society in the borderlands was characterized by the presence of large cattle ranches (*estâncias*) and the predominance of free labor (via *peonage*). In the last decades, however, several studies highlighted the existence of small and medium agricultural properties and the undeniable importance of enslaved labor as well as that production activities went beyond cattle ranching. This work focus on the latter point, with special attention to Bagé, one of the municipalities best known for its livestock specialization. Through an analysis of *post mortem* inventories between approximately 1820 and 1870, as well as other sources, we show that the region was specialized in cattle breeding, but also the specific ways in which ranching combined with a myriad of other activities: food farming and sheep, horse and mule raising.

Keywords: 19th century Brazil; agrarian landscape; production diversity.

Introdução

Ao longo das cinco primeiras décadas do século XIX, a fronteira sul da América portuguesa – e, depois, do Império do Brasil – teve como característica algo que marcou a história brasileira nos três séculos anteriores: a migração de luso-brasileiros para uma fronteira agrária aberta, assentada na invasão e apropriação de terras (como coloca Helen Osório, de maneira “conflitiva e desigual”¹), nas quais foi empregada, ao menos em grande parte, a mão de obra cativa. Na *Campanha* sul-riograndense (vide mapa abaixo), fronteira atual com o Uruguai e Argentina, não foi diferente. Ao longo de quase todo século XIX, a pecuária, principal atividade econômica da região, caracterizou-se por uma produção extensiva, com baixo aporte tecnológico, incorporação reiterada de terras e grande apropriação de gado vacum. Este último recurso, ao menos até as primeiras décadas do Oitocentos, existia em abundância fosse nas estâncias missionárias, fosse solto pelos campos depois

¹ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990, p. 6. (Dissertação de Mestrado)

de se reproduzirem livremente em razão dos ataques dos bandeirantes às missões jesuíticas ainda no século XVII.²

Do ponto de vista da mão de obra, a pecuária e a pequena agricultura ali praticadas necessitavam de trabalhadores escravizados, africanos e crioulos. Com o passar dos anos, principalmente após a proibição do tráfico de escravos em 1850, naquele contexto a reprodução do trabalho escravo no tempo dependeu, em grande medida, da reprodução natural.³

Esta produção de gado estava intimamente ligada à demanda das charqueadas de Pelotas, para onde era vendida a maior parte dos animais produzidos. As charqueadas, por sua vez, abasteciam o mercado interno brasileiro com charque, voltado essencialmente aos escravos, mas também às populações pobres litorâneas, e o externo (Europa e EUA) com couros.⁴ Portanto, a economia da região da Campanha, e também especificamente de Bagé, estava inserida nos “complexos agropecuários voltados para o abastecimento do mercado interno”, junto às “lavouras de subsistência no Rio de Janeiro e São Paulo e a produção agropecuária em Minas”, sendo fundamentais para a reprodução das *plantations*, cuja produção era voltada para o exterior.⁵

Todavia, embora a pecuária fosse a principal atividade econômica, tanto as unidades produtivas como a economia da região de forma mais ampla eram algo mais complexo do que apenas grandes estâncias criadoras de gado. Na

² ZARTH, Paulo AArcaico ao Moderno. *Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, pp. 228-231. Caio Prado Jr., no seu belo e seminal texto sobre a pecuária (nas suas pas, “a única [atividade produtiva], afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância”) no Brasil colonial, trata da montagem da produção de gado em diversas regiões do Brasil, inclusive nos “ilimitados pampas da fronteira”: PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 186-210.

³ MATHEUS, Marcelo S. Batismos de escravos e a reprodução da escravidão (Bagé, século XIX), *Métis: História & Cultura*, Caxias, v. 19, p. 32-53, 2020.

⁴ VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado), pp. 18-21. Baseado na leitura do francês Saint-Hilaire, Caio Prado Jr. menciona a exportação de charque para Cuba no início do oitocentos: CAIO PRADO JR., op. cit., p. 205.

⁵ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 144. Para trabalhos que abordaram este complexo “mosaico”, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de A. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado); _____. *A Princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842)*. Rio de Janeiro: SMC, 1993; HAMEISTER, Martha D. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 - c. 1763)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2002 (Dissertação de Mestrado); GIL, Tiago L. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

verdade, além de boa parte dos criadores serem *pequenos* produtores, as unidades produtivas combinavam diferentes atividades – geralmente pecuária e agricultura.

Neste sentido, no presente artigo temos por objetivo analisar como se organizou o sistema produtivo na região da Campanha, onde foi instalada a localidade de Bagé, que serve de recorte espacial para nosso estudo, ou seja, como se constituiu aquela paisagem agrária ao longo do século XIX. Ainda que o foco principal da análise recaia sobre Bagé, no decorrer do artigo utilizaremos comparações com a estrutura agrária do município de Alegrete, localizado na mesma região. Esses dois eram os principais municípios pecuários do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Mais detalhadamente, pretendemos apreender: como se apresentava a especialização ou a diversidade produtiva? A pecuária bovina reinava absoluta ou havia uma diversificação das atividades entre os produtores? A agricultura se fazia presente?

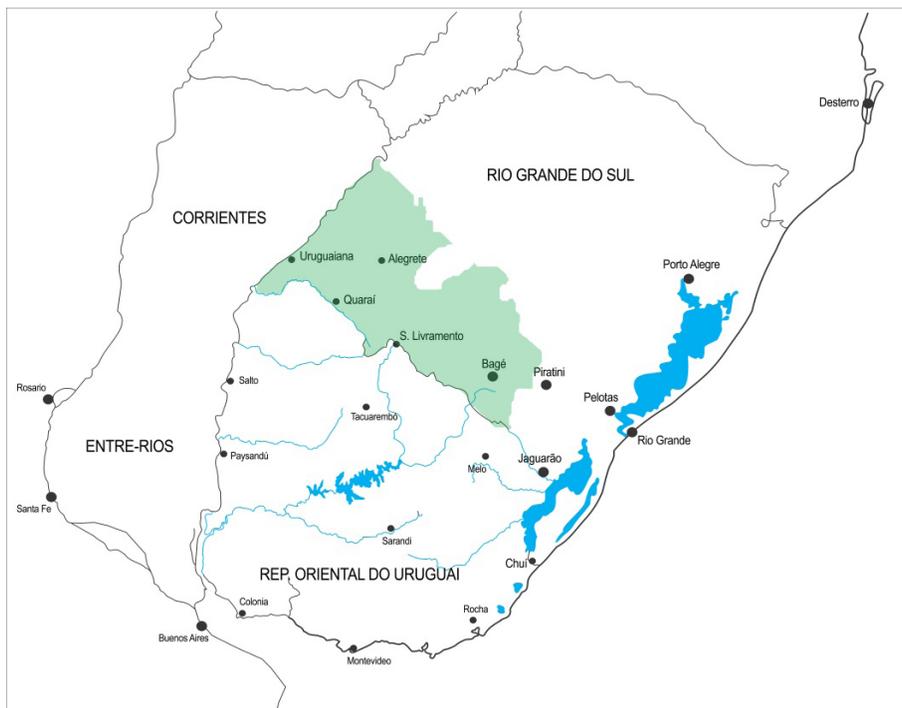
Para tanto, o grosso da análise recai, em grande medida, sobre os inventários *post-mortem*. Como lembrou João Fragoso, esta fonte “apresenta a composição das fortunas dos mortos”, sendo possível “perceber as características econômicas básicas de uma dada região”.⁶ Contudo, devemos ressaltar que os inventários abrem uma janela para análise daqueles indivíduos (e seus escravos) mais bem situados na estratificação econômica, não tendo o mesmo alcance em relação “às camadas mais miseráveis dos homens livres pobres”.⁷

Entre c.1820 (o *aproximadamente* advém do fato que 4 inventários, um de 1817, dois de 1818 e um de 1819, foram incorporados à análise) e 1870 foram abertos 355 inventários em Bagé. Destes, 337 tiveram o levantamento de bens finalizado, mas em 24 deles não foi procedida sua avaliação. Assim, temos 314 inventários que tiveram os bens avaliados, embora em três deles a partilha, por um ou outro motivo, não tenha ocorrido.

⁶ FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 20. Ou como o mesmo autor explica: “O arrolamento de todos os inventários, em um dado período, permite-nos fotografar a estrutura econômica da região estudada. Quando levantamos seriadamente todos os inventários, temos a estrutura econômica dessa região em movimento”. Em: FRAGOSO, op. cit., *Homens de grossa ventura*, p. 46.

⁷ FRAGOSO, João e PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem, *Revista Arrabaldes*, Niterói, n. 2, set.-dez. 1988, p. 37.

MAPA - em destaque, região da Campanha sul-rio-grandense, com a localização aproximada do município de Bagé



Mapa adaptado de: Carta Geográfica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adyacentes. Paris, 1841; Carta das Repúblicas do Paraguay e Uruguay e das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes e parte do Império do Brazil. 1865; Menegat, Carla. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (c. 1845-1865). Porto Alegre: UFRGS, 2015. (Tese de Doutorado); e de: Base cartográfica digital do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.⁸

Por serem fontes reiterativas (se repetindo no tempo) e homogêneas (com um mínimo de informações em comum), os inventários se prestam a um tratamento serial. Assim, como será possível perceber, a análise foi dividida em sub-recortes temporais. Grosso modo, utilizamos quatro (c.1820-1835, 1841-1850, 1851-1860 e 1861-1870) recortes.⁹

⁸ Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55569794/10/Mapa-do-Rio-Grande-do-Sul-na-primeira-metade-do-Seculo-XVIII>>, Acesso em 25 de dez. de 2012.

⁹ Os dados extraídos dos inventários foram coletados e armazenados em uma planilha do *excel for Windows*. Os mesmos foram distribuídos em categorias analíticas (nome do inventariante, ano, número de escravos, a quantidade de reses, os imóveis – rurais e urbanos –, utensílios agrícolas, dentre outros elementos). Como último esclarecimento, é importante dizer que os inventários aqui analisados não são uma amostra, mas *todos* que foram produzidos e encontrados para a localidade foco e no recorte temporal desta pesquisa.

Paisagem agrária ao sul do Brasil oitocentista

Nas três últimas décadas, novas pesquisas vêm desfazendo uma ideia-força sobre a estrutura social e econômica da Campanha ao longo do século XIX: a de que aquele espaço geográfico era formado exclusivamente por grandes estâncias, geralmente propriedades de milicianos que se tornaram fazendeiros, onde praticava-se apenas a pecuária extensiva. Na verdade, os contemporâneos nos deixaram alguns relatos que induzem a tal pensamento. Em 1808, Manoel Antônio Magalhães denunciava que os “estancieiros ricos muito bem podiam fazer amansar todos os seus gados, mas como para isso é preciso grandes despesas e trabalho [...] os pobres não podem por si fazê-los, pelas grandes despesas que se faz com peões e cavalos”.¹⁰ Cerca de trinta anos depois do escrito de Manoel Magalhães, o presidente da província, Francisco José de S. S. de Andrea, também relatou que “um dos obstáculos que se há posto nesta província para o desenvolvimento da agricultura é a existência das grandes fazendas ou antes de grandes desertos, cujos” proprietários cuidando só e mal da criação dão-se ao “direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não têm onde se conservar em pé”. Além disso, Andrea denunciava que “muitos estancieiros” dificultavam a vida de pequenos criadores, conservando “suas fazendas alçadas”, negando “rodeio aos seus vizinhos e são poucos escrupulosos com o gado destes. Há tais que possuindo campo sem gado, tem com tudo a habilidade de mandarem tropas às charqueadas”.¹¹

Não há dúvida que a conexão da produção pecuária com as charqueadas e com as *plantations* produtoras de açúcar e café moldou a paisagem rural dos campos sulinos. A estrutura agrária e a própria forma de organização dos estabelecimentos produtivos foram condicionadas pela existência de uma demanda de produtos pecuários naquelas regiões. Esse ponto, no entanto, é apenas o começo do estudo e está longe de bastar para uma reconstrução mais refinada daquele universo.

De fato, essa visão tem sido relativizada por uma série de pesquisas que tiveram início ainda no final do século XX e vêm ganhando volume até a atualidade. Tratam-se de trabalhos monográficos, assentados sobre larga base de fontes primárias, tratadas com rigor metodológico e problemáticas

¹⁰ MAGALHÃENS, Manoel A. Almanaque da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul (1808). In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Tomo XXX, 1ª parte*. Rio de Janeiro: IHGB: 1867, pp. 47 e 53.

¹¹ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Tem. Gen. Francisco José de Souza Soares Andrea, 1849, p. 10. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>>, Acesso em: 03.12.2019.

precisas. Seus principais diálogos se deram com a historiografia do mundo agrário platino, especialmente a produção de historiadores argentinos, e com a já consolidada história agrária do sudeste brasileiro.¹² Em termos gerais, esses estudos demonstraram a existência importante de médios e pequenos produtores, mesmo nas regiões de predominância pecuária. Também apontaram para o papel central da mão-de-obra cativa, ainda que por vezes combinada com trabalho familiar ou de peões livres que recebiam remunerações de diferentes formas.¹³

Por sua vez, a agricultura de alimentos e, em algumas regiões do norte da província, também a coleta de erva mate e exploração da madeira costumavam dividir espaço com a produção pecuária. Essas características existiam por toda parte, ainda que a presença desses traços fosse diferente conforme a região pesquisada: mais especialização pecuária e maior presença de grandes estabelecimentos na Campanha; mais diversificação e menor envergadura

¹² A presença de camponeses em um cenário onde grandes propriedades, voltadas à pecuária, detinham boa parte das terras já vinha sendo há um bom tempo apontada pelas historiografias uruguaia e argentina. Sobre a questão, ver: OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp. 32-36; FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ PPGHIS, 2007 (Tese de Doutorado).

¹³ OSÓRIO, op. cit., *O império português*; ZARTH, op. cit.; _____, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997; FARINATTI, op. cit.; FOLETTO, Arlene G. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaquí (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2003. (Dissertação de Mestrado); GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2005. (Dissertação de Mestrado); _____, *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói: UFF PPGH, 2013. (Tese de Doutorado); MONSMA, Karl. *Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX: um estudo comparativo do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires*. In: HARRES, Marluza M. Reguera, Andrea (Orgs.). *Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada. Brasil - Argentina (séculos XIX e XX)*. São Lourenço: Oikos, 2011; ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2008. (Dissertação de Mestrado); FONTELLA, Leandro G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1860)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2013. (Dissertação de Mestrado); GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2015. (Dissertação de Mestrado); AITA, Edsiana de B. *“Entre a lagoa e o mar”: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2014. (Dissertação de Mestrado); TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Brasil (São Francisco de Cima da Serra, 1850-1871)*. Florianópolis: UFSC PPGH, 2008. (Dissertação de Mestrado); CORRÊA, André. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: UFSM PPGH, 2013. (Dissertação de Mestrado); ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: UFF PPGH, 2012. (Tese de Doutorado); MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinus, 2012. _____, *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016. (Tese de Doutorado); VARGAS, op. cit.

econômica no centro e no norte da província. Assim sendo, região que aqui colocamos no centro da análise era a mais especializada na pecuária e também aquela onde havia um percentual mais expressivo de grandes estabelecimentos. Ou seja, é a mais próxima das representações tradicionais da pecuária sul-riograndense. Ainda assim, como veremos, aqueles estereótipos não dão conta de explicá-la suficientemente.

Portanto, é na esteira destas pesquisas e na renovação da compreensão sobre a história social do mundo rural, tanto na América portuguesa, quanto do Império do Brasil, que situamos este estudo. A pesquisa a partir dos inventários *post-mortem* de Bagé confirmou boa parte do que os autores acima demonstraram, sinalizando que naquele espaço social a diversidade produtiva era a regra, embora se confirme a importância da pecuária.

Pecuária e pequena agricultura em uma região fronteiriça

Antes de passarmos para a análise dos dados que extraímos dos inventários, dois esclarecimentos são necessários. Uma parte importante dentre os inventariados dos processos em estudo detinha mais de uma propriedade. No primeiro período (c.1820-1835), 28% legaram dois ou mais imóveis rurais não contíguos; na década de 1840, 43%; no decênio 1850, 36%; já no último recorte (1861-1870), 29% dos proprietários legaram dois ou mais imóveis rurais. Por vezes, uma destas ficava no Estado Oriental, como então era chamada a República do Uruguai, por vezes em uma região próxima a Bagé¹⁴.

Em razão destes casos de produtores com mais de um estabelecimento, mas em lugares diferentes, quando da análise da estrutura produtiva não nos referimos, salvo referência explícita, a *unidades produtivas*. Assim, quando falarmos em *estabelecimento(s)*, *criadores*, *produtores*, etc., estamos nos referindo a uma lógica que podia conjugar a criação de animais em uma estância e a produção agrícola em uma chácara, lógica esta que era uma característica marcante daquela realidade. Apesar de em alguns poucos inventários os bens terem sido descritos separadamente (em uma e outra propriedade) é muito difícil averiguar, com certeza, qual a função de um e outro estabelecimento na lógica do proprietário, em razão das informações não serem mais precisas.

Além do mais, e corroborando o exposto acima, a maior parte do rebanho daqueles que tinham propriedades no Estado Oriental foi descrito como estando no Brasil ou sem maiores especificações. Foi possível inferir

¹⁴ MATHEUS, *A produção da diferença*, p. 141.

que menos de 10% do gado vacum inventariado, entre c.1820-1835, estava no Estado vizinho; 29% na década de 1840 (provavelmente em razão da guerra civil que assolava a província, mesmo que a Banda Oriental também se encontrasse em conflito, entre *colorados* e *blancos*); cerca de 11% na de 1850; e menos de 9% na década de 1860 – sendo estes, cremos, números mínimos.¹⁵

Provavelmente, devido à grande quantidade de criadores com mais de uma propriedade – e alguns deles com terras para além do limite nacional, os produtores levavam seu gado de um lado para o outro, seja em busca de mercados (as charqueadas em Pelotas ou as charqueadas em Montevidéu), seja em busca de melhores pastos em determinadas épocas do ano ou para fugir de pestes, guerras. Esses procedimentos também apresentavam suas complicações, pois as alfândegas fronteiriças dificultavam essa movimentação do gado, ao menos sem pagar impostos, o que foi, aliado a outras razões, motivo de guerras e conflitos, inclusive, com autoridades imperiais interferindo, em função dos interesses dos estancieiros rio-grandenses, politicamente no Estado Oriental¹⁶. Nesse sentido, a condição fronteiriça de Bagé manifestava-se também na estrutura de sua pecuária, como igualmente ocorria nos demais municípios da Campanha. Tratava-se de operar com o fato de que se agia economicamente sobre um território vasto e integrado, que incluía o sul do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai, mas que era governado por distintas soberanias políticas.

Por sua vez, a importância da pecuária em Bagé é atestada desde cedo pelos próprios contemporâneos. Desde a criação da Capela de Bagé, na segunda década do século XIX, até 1831, quando a freguesia passou a pertencer ao recém-criado município de Piratini, a localidade pertencia ao enorme município de Rio Pardo¹⁷.

Foi neste período, mais precisamente no ano de 1826, que as autoridades riopardenses elaboraram um *Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo*, onde consta o número de fogos, os “modos de vida”, a “qualidade das lavouras” e se há “indústria” na localidade. Como é possível perceber através do mapa estatístico (o ‘Quadro’), em meados da década de 1820, Bagé era a única localidade onde se praticava somente a pecuária (além de algum comércio).

¹⁵ Ibidem, p. 142.

¹⁶ Sobre a ingerência do Estado imperial na política do Estado vizinho, ver: GUAZZELLI, Cesar A. B. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado); VARGAS, op. cit.; MENEGAT, op. cit.

¹⁷ MATHEUS, op. cit., *A produção da diferença*, p. 143.

Quadro: Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo (1826)¹⁸

Povoação	Fogos	Modos de vida	Qualidades de lavouras	Indústria
Rio Pardo	730	Comércio, criação de gado, algum cavalariço, pouco lanígero e porco	Milho, feijão, alguma mandioca, e hoje pouco trigo em função das estações	Alguns curtumes de couros e tecidos de lã e algodão e engenhos de água de serrar
Bagé	347	Criação de gado, cavalariço, lanígero e comércio	Nenhuma	Nenhuma
Taquari	320	Algum comércio, criação de gado e lavoura	Milho, feijão, mandioca, trigo, cevada e linho cânhamo	Engenho de água de serra taboas, erva-mate e aproveitamento do cânhamo
Santa Amaro	262	Pequeno comércio, criação de gado e lavoura	Milho, feijão e trigo	Alguma charqueada e extração de erva-mate
Encruzilhada	244	Criação de gado, pequeno comércio e lavouras	Milho, feijão e trigo	Algum queijo, manteiga, manufatura de arreios de sela e algum tecido de lã
Camaquã	101	Criação de gado, algum negócio e pouca lavoura	Algum milho e feijão	Curtumes de couros, exportação de madeira para a vila de Rio Grande
Santa Ana	53	Criação de gado, cavalariço, lanígero	Nenhuma	Tecidos de lã
Missões	485	Criação de gado, cavalariço, lanígero, comércio e lavoura	Milho, feijão, trigo, cevada e algum algodão	Preparação de erva-mate, algum tecido de lã e algodão

Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo. *Mapa das povoações de Rio Pardo, 1826*. Códice 16, p. 103.

Podemos dizer que dentre as localidades elencadas no mapa, Bagé era uma das mais fronteiriças e mais tardiamente ocupadas. Helen Osório, para o

¹⁸ Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo. *Mapa das povoações de Rio Pardo, 1826*. Códice 16, p. 103. Silmei Petiz trabalhou com essa mesma fonte. PETIZ, Silmei de S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009, p. 69. (Tese de doutorado)

colonial, já havia anotado que dentre as 19 freguesias analisadas, “não foram listados *lavradores* em apenas duas, ambas fronteiriças, de recente ocupação e com maiores médias de animais”.¹⁹

Todavia, como veremos logo à frente, talvez esta seja uma característica da incipiente existência da freguesia, já que os inventários revelam outra realidade, bem mais complexa, embora confirme a importância e supremacia da pecuária bovina. Na verdade, boa parte dos estabelecimentos diversificavam suas atividades produtivas, praticando a pequena agricultura, além de combinar a criação de diferentes tipos de rebanho.

Dito isso, primeiro vamos esclarecer as balizas que tivemos para identificar se os bens de um ou outro indivíduo indicavam a produção agrícola ou a criação de outro tipo de rebanho que não o gado *vacum*. Começemos com a agricultura.

Tabela 1: Indicativo de produção agrícola nos inventários, Bagé (c.1820-1870)

Indicativo de produção agrícola	Nº de inventários	%
Equipamentos agrícolas	56	18
Moinho	41	13
Escravo roceiro/lavrador	41	13
Arado	28	9
Terras, sítios ou chácaras para plantações	23	7,5
Atafona	4	1,5
Boi(s) manso(s) + carreta + a utensílio agrícola	3	1
Total	135	43

Obs: “Equipamentos agrícolas” = dois ou mais utensílios.

Tabela 2: Utensílios agrícolas presentes nos inventários, Bagé (c.1820-1870)

Utensílios agrícolas	Nº de inventários	%
Enxadas	108	34,5
Machados	93	29,5
Pás	22	7
Foices	14	4,5
Peças de moinho	13	4
Outros	23	7,5

Obs: “Outros” = Cavadeira, picão, forno e prensa.

¹⁹ OSÓRIO, op. cit., *O império português*, p. 82.

Só apontamos que determinado inventário tem *indício de produção agrícola* se no mesmo consta um ou mais escravo(s) roceiro(s)/lavrador(es), atafona, moinho, terras/sítios/chácaras para plantações e/ou arado – este último junto com boi(s) manso(s). Da mesma forma, consideramos tal indicativo se foram descritos, conjuntamente, dois ou mais *utensílios agrícolas* (machados, pás, cavadeira, picão, forno e prensa), menos foices e enxadas, que foram considerados apenas quando aparecem junto com mais dois outros utensílios ou junto a bois mansos e carretas.

Outros indicativos, como bois mansos e carretas/carros só foram contabilizados como indicativo de produção agrícola se foram descritos ao lado de mais um utensílio ao menos. Dito isso, as ‘Tabelas 1, 2 e 3’ resumem o encontrado – importante esclarecer que os totais, absoluto e percentual, da ‘Tabela 1’ dizem respeito ao total de inventários em que foi possível identificar a prática da agricultura, sem repetição.²⁰

Ao invés da visão tradicional, que há um bom tempo vem sendo desfeita, em que na Campanha praticava-se somente a pecuária, vemos que em 43% dos estabelecimentos (e este é um número mínimo) a agricultura era praticada. Os indícios que mais aparecem são os bois mansos (em 209 dos 314 inventários, ou em 66,5% deles) e carretas/carros (173, ou 55%). Segundo Helen Osório, “bois mansos” eram “utilizados como animais de tração para carretas e arados”, sendo um “indicativo da prática de agricultura”.²¹

Depois, o melhor indicativo de agricultura, conforme os inventários, são os equipamentos agrícolas. Em 56 documentos, ou 18%, aparecem 2 ou mais deles simultaneamente. As enxadas (34,5%) e machados (29,5%) são as ferramentas com maior aparição.

Tabela 3: Presença de bois mansos e carretas/carro presentes nos inventários, Bagé (c.1820-1870)

-	Nº de inventários	%
Bois mansos	209	66,5
Carretas/carros	173	55

Dentre os indícios diretos de produção agrícola, temos 41 casos (ou 13%) em que o falecido era proprietário de um moinho. No mesmo patamar, 41 inventários de escravistas tiveram um de seus cativos assinalado como

²⁰ As ‘Tabelas 1,2 e 3’ foram construídas a partir de: APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

²¹ OSÓRIO, op. cit., *O império português*, pp. 86 e 162.

“roceiro/lavrador”, todos do sexo masculino. Como foi possível identificar, o número de inventários em que os escravos tiveram sua ocupação assinalada foi pequeno, logo, estes 13% são um número bastante considerável. Embora um escravo roceiro seja um indicativo direto de produção agrícola, raramente eles apareciam sem outros equipamentos e/ou ferramentas.

Por exemplo, no inventário João Machado de Souza, de 1823 foram descritos cinco escravos, 4 do sexo masculino, sendo 3 em idade produtiva (15-45 anos). Destes três, dois foram descritos como “campeiros” e um, Pedro, de 35 anos, o mais velho, como “lavrador”. João Machado também era proprietário de 1 moinho movido a cavalo, 2 arados, 2 enxadas, 2 machados e uma carreta.²²

Os últimos dois indícios bastante representativos são os arados, trazidos pela imigração açoriana,²³ e um pedaço de campo, cuja descrição indica produção agrícola. Por exemplo, no inventário de Dona Feliciano Maria do Nascimento consta que ela e o viúvo, Manoel José Teixeira, eram proprietários de uma légua de sesmaria de campo, no lugar denominado Olhos d’Água. No mesmo campo, junto a uma casa de moradia e uma casa que servia de cozinha, havia um “cercado de plantação”.²⁴ Já José de Assis Candal era proprietário de uma chácara com casa no Serro de Bagé, com “cercado de plantações”.²⁵

A frequência com que equipamentos e/ou instrumentos agrícolas apareceram nos inventários variou ao longo do tempo. Como é possível observar na ‘Tabela 4’, se do primeiro recorte para o segundo há um significativo aumento na descrição destas ferramentas, na década de 1850 cai para 45% o número de inventários com algum utensílio, chegando a 37,5% no último recorte.

²² APERS. Registro de Inventário. João Machado de Souza, Comarca do Rio Grande do Sul, Fundo 003, I Vara da Família, nº 10, 1823.

²³ OSÓRIO, op. cit., *O império português*, p. 162.

²⁴ APERS. Registro de Inventário. Dona Feliciano Maria do Nascimento, Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara da Família, nº 152, 1859.

²⁵ APERS. Registro de Inventário. José de Assis Candal, Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara Cível e Crime, nº 38, 1869.

Tabela 4: Frequência dos utensílios agrícolas presentes nos inventários post-mortem por sub-recortes, Bagé (c.1820-1870)

-	c.1820-1835		1841-1850		1851-1860		1861-1870	
	nº de inventários	%	nº de inventários	%	nº de inventários	%	nº de inventários	%
Atafona ou moinho	4	16	6	14,5	16	16,5	17	11,5
Machados	11	44	23	56	34	34,5	40	26,5
Enxadas	10	40	22	53,5	32	32,5	29	19,5
Arados	6	24	2	5	7	7	13	8,5
Foice	3	12	1	2,5	3	3	7	4,5
Outros	3	7,5	8	19,5	15	1,5	23	15,5
Com algum instrumento	13	52	26	63,5	44	45	56	37,5
Total de inventários	25		41		98		150	

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Uma queda semelhante foi verificada em Alegrete, município da mesma região e que dividia com Bagé o protagonismo na criação de gado da província. Ali, os inventários que possuíam utensílios agrícolas eram 45% da amostra na década de 1831-1840, 33% em 1841-1850, 39% entre 1851-1860, e apenas 17% no período de 1861-1870. Essa redução foi acompanhada pela diminuição da frequência de inventários que apresentavam escravos. Eles estiveram sempre acima dos 80% nas três primeiras décadas, número que caiu para 68% na última década analisada. Igualmente, a média de trabalhadores escravizados por inventários apresentou uma redução contínua ao longo do tempo, partindo de 9 pessoas no período de 1831-1840 e chegando a apenas 5 trabalhadores na década de 1861-1870.²⁶ Em Bagé, por sua vez, a redução foi menor e se fez sentir já na década de 1850. A frequência de inventários com escravos que não baixou de 97% até 1850, ficou entre 86% e 88% nas décadas seguintes. Já a média de cativos por inventário baixou de 9 para 7 na última década.

Essa diminuição congruente entre instrumentos agrícolas e trabalhadores escravizados após 1850 e, de modo mais marcante, na década seguinte, pode indicar que a ainda suave redução da mão-de-obra cativa apresentada no período tenha se dado nas tarefas agrícolas, com parte da produção de alimentos chegando agora via mercado. Não custa lembrar que a segunda metade do

²⁶ FARINATTI, op. cit., p. 148.

século XIX foi palco de forte ampliação dos núcleos coloniais imigrantes, com grande incremento na produção e comercialização de alimentos na província.

Essas, porém, são apenas conjecturas, afinal a redução observada não tem uma monta tão expressiva, capaz de indicar indubitavelmente uma mudança na estrutura produtiva. Ademais, a queda na presença de instrumentos agrícolas na década de 1860 também pode ter se devido apenas a uma mudança na forma de confeccionar os documentos, afinal eles não foram produzidos para os historiadores os analisarem mais de um século depois. Da mesma forma, isto pode indicar uma diminuição da importância na descrição destes pequenos e parcos elementos, em um contexto em que terras e escravos tiveram grande valorização.

De qualquer modo, é importante destacar que a presença de moinhos e atafonas é uma constante – variando entre 11,5% e 16,5% ao longo do tempo, índices bastante parecidos com os de Alegrete (entre 15% e 18%), o que aponta para um sentido mais comercial da produção, já que a presença de atafonas e moinhos indica a fabricação de farinha de mandioca ou de trigo, matizando a visão de que a pecuária reinava sozinha na Campanha. Por seu turno, a ausência de instrumentos agrícolas não permite afirmar que a inexistência de produção agrícola, pois mesmo agregados ou posteiros, moradores das estâncias, podiam praticá-la, dirigindo parte dessa produção para o proprietário das terras.²⁷

Enfim, a pequena agricultura praticada em Bagé servia tanto para abastecer internamente as estâncias, quanto para que o excedente fosse vendido no mercado local. Provavelmente não mais do que isso, pois não encontramos em nenhum inventário qualquer informação sobre a venda de produtor para outros mercados. Visto isto, com que outra atividade a agricultura era combinada? Qual o nível do predomínio da pecuária bovina? Que outros tipos de rebanho aparecem nos inventários? Para responder estas questões, antes, é necessário verificarmos o tipo e a envergadura da produção pecuária praticada em Bagé.

A análise dos inventários não deixa dúvidas: o gado *vacum*²⁸ era, de longe, o mais importante, tanto do ponto de vista da quantidade de animais,

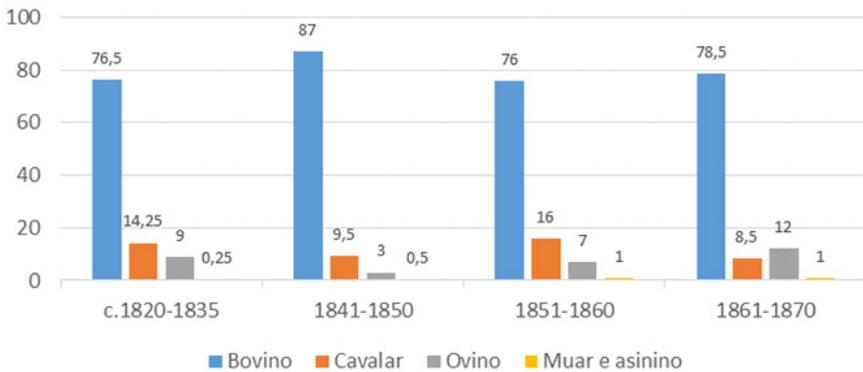
²⁷ “Posteiro” era uma espécie de agregado que morava nos limites de uma estância (em um *posto*), o qual podia ser um escravo, assalariado ou apenas manter uma relação de subordinação com o proprietário das terras. O posteiro, além de ter como obrigação não deixar o gado se esvaír, servia ao senhor das terras como comprovação social de que aquela propriedade pertencia a ele. Ver: GARCIA, op. cit., *O domínio da terra*, pp. 119-120.

²⁸ Por *gado vacum* nos referimos a todo tipo de reses (chucras, mansas, de criar, alçadas, de rodeio), vacas, terneiros e novilhos. Mais à frente, quando nos referirmos a *rebanho bovino*, acrescentamos às reses os bois mansos e touros.

quanto (principalmente, na realidade) do ponto de vista do valor dos rebanhos. E isto é verdade para todos os sub-recortes. Contudo, em muitos casos a criação de vacuns estava combinada com uma ou mais de uma criação de outro tipo de rebanho. Mas vamos por partes.

Ao longo das cinco décadas aqui analisadas, mais de 284 mil animais, de diferentes tipos, apareceram nos inventários. Deles, mais 223 mil foram de gado vacum (ou 79% para todo o período). Depois, o maior rebanho foi o cavalari (11%), seguido do ovino (9%) e muar asinino (1%). Em apenas 43 inventários nenhum tipo de animal foi assinalado, configurando 13,5%, e 21% não tiveram nenhuma cabeça de gado vacum descrita.²⁹ Isto confirma e reproduz o encontrado por Helen Osório, comprovado o predomínio do rebanho bovino, seguido do cavalari e, depois, do ovino, para o período 1790-1825.³⁰ Na verdade, o que parece ter ocorrido foi uma ampliação da especialização bovina ao longo do século XIX, notadamente nas áreas mais recentemente ocupada pelos portugueses, ao sul da província, cobertas por campos nativos de boa qualidade, na fronteira com o Uruguai.

Gráfico 1: Representatividade percentual dos diferentes tipos de rebanhos, Bagé (c.1820-1870)



APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

²⁹ Percentuais calculados para todos os inventários. Conforme Helen Osório, no período colonial, conforme a *Relação de Moradores* analisada pela autora, “para a população rural”, cerca de “11,2 dos ocupantes de terras não possuíam sequer uma cabeça de gado”. De acordo com os inventários explorados por Osório, 7,7%. OSÓRIO, op. cit., *O império português*, pp. 113-116.

³⁰ *Ibidem*, pp. 121-125.

Não resta dúvida que o alcance dos inventários, em relação ao maior tipo rebanho, é limitado, isto é, mesmo investigando *todos* os inventários da localidade. Estas mais de 223 mil cabeças de gado enumeradas ao longo destas cinco décadas são apenas uma fração do rebanho existente em Bagé. Segundo um Censo Agrário realizado em 1858, o qual contabilizou 260 estâncias na localidade, havia, somente no período em que se procedeu o levantamento do número de animais, 531.640 cabeças de gado *vacum*, o que colocava o município de Bagé como o segundo maior produtor da província.³¹ Por outro lado, apenas para termos uma ideia do significado destas mais de 223 mil cabeças de gado *vacum*, em um *Mapa das fazendas de criar* produzido no Paraná, em 1859, mostra que nas mais de 150 fazendas daquela província existiam quase 133 mil cabeças de gado *vacum*, isto é, menos de 60% do gado existente só em Bagé – e apenas conforme os inventários.³² Para melhor visualizarmos como os rebanhos estavam distribuídos, o ‘Gráfico 1’ mostra o tamanho dos rebanhos bovino, cavalar, ovino e, conjuntamente, muar e asinino por sub-recortes.

O rebanho bovino variou entre 76% e 87% do total. Já o rebanho cavalar, que decaiu do primeiro para o segundo período, apresentou um crescimento, chegando a representar 16% na década de 1850 caiu para 8,5% entre 1861-1870. Não localizamos indícios, nos inventários, da comercialização deste tipo de animal, mas é fato que ela existia – especialmente a venda de equinos para a *nação*, em épocas de conflitos bélicos. Foi exatamente o encontrado para Alegrete, em contas anexadas aos inventários produzidos para esta localidade, em que consta a renda com a venda de “potros”.³³

O rebanho ovino foi outro que sofreu grandes oscilações, indo de 9% no primeiro período para apenas 3% no segundo, recuperando-se nas décadas seguinte, chegando a 12% entre 1861-1870 (ou 9% durante todo o período). Não surpreende a criação de lanígeros chegar a quase 10%, pois se lembrarmos do *Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo* (‘Quadro’), as autoridades de

³¹ Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Estatística. Maço 2. ‘Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio’, 1858. Alegrete vinha em primeiro lugar, com 391 estâncias e com 772.232 cabeças de gado.

³² SIQUEIRA, Ana Paula P. de. *Cativeiro e dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: UFSC/PPGH, 2010, p. 8. (Dissertação de Mestrado)

³³ FARINATTI, op. cit., p.155. Mesmo assim, na classificação das atividades econômicas/produtivas não elencamos a criação deste tipo de rebanho – em apenas 8 inventários encontramos mais de 500 equinos descritos. Sua importância, na verdade, extrapola a venda de cavalos (ou de produtos derivados dele) em si, sendo importante – fundamental, diríamos – na produção de outros rebanhos, como na própria criação de gado *vacum*, na produção de muares (através das éguas de cria de mula), bem como para a locomoção da população.

Rio Pardo já indicavam que os lanígeros eram importantes o suficiente para serem citados no levantamento realizado. Por fim, o rebanho muar e asinino, embora em termos percentuais possa parecer insignificante, dada as particularidades de sua produção, apareceu em boa parte dos inventários – deixemos para analisar este rebanho de forma um pouco mais pormenorizada à frente.

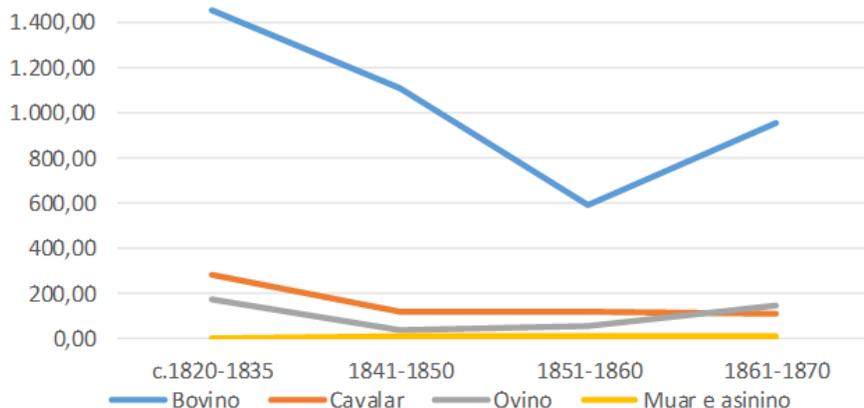
Por sua vez, em Alegrete também ocorreu essa oscilação nos rebanhos. Todavia, nesta última ocorreu uma significativa diminuição do percentual do rebanho bovino na década de 1840, muito em função da Guerra Civil Farroupilha, que devastou terras e rebanhos (a representatividade do rebanho bovino caiu de 84,5% na década de 1830 para 75% na de 1840), enquanto em Bagé este processo se deu no sentido inverso (de 76,25% para 87%). Cumpre destacar que o nosso primeiro recorte (c.1820-1835), embora não abarque a guerra civil, é concomitante com a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a qual também devastou campos e rebanhos em Bagé, que, inclusive, foi invadida pelo exército oriental. Por outro lado, nas duas localidades ocorreu uma queda acentuada da década de 1840 para a de 1850 (em Alegrete de 76% para 67%; e em Bagé de 87% para 76%), recuperando-se na seguinte (em Alegrete subindo para 72,5%; e em Bagé para 78,5%).³⁴

Se em números percentuais o rebanho bovino alcançou quase 80% do total, no que tange ao valor dos animais sua importância ganha mais relevo: apenas este tipo de rebanho chegou a valer 90% do total dos animais na década de 1851-1860, embora também tenha sofrido uma variação (84% na década de 1841-1850). Em média, para todo o período, o rebanho bovino representou 89% do total do valor dos animais, o que demonstra que, de fato, era o investimento mais valorizado no mercado (confirmando um padrão para toda a Campanha, já que em Alegrete o valor do rebanho bovino sempre se manteve em cerca de 85% ou mais).³⁵

³⁴ Os rebanhos cavalari, ovino e muar/asinino também ocuparam os 2º, 3º e 4º postos, em Alegrete, respectivamente. E o cavalari, assim como o bovino, apresentou um movimento diferente do de Bagé na virada para a década de 1840 – crescendo em Alegrete e decaindo em Bagé. FARINATTI, op. cit., p.140.

³⁵ *Ibidem*, p. 133.

Gráfico 2: Média de animais por inventário por sub-recortes, Bagé (c.1820-1870)



APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Apesar do rebanho bovino aumentar, em números absolutos, de recorte para recorte (33.807 animais entre c.1820-1835; 39.279 entre 1841-1850; 46.053 entre 1851-1860; e 104.548 animais entre 1861-1870), se tomarmos como parâmetro a média de animais por inventários, veremos que, na verdade, ocorreu uma diminuição bastante acentuada, acompanhando o movimento encontrado para Alegrete. O 'Gráfico 2' e a 'Tabela 5' (no gráfico contabilizamos a média apenas entre os criadores de gado vacum, por isso a leve diferença – menos em relação ao rebanho muar/asinino, no último recorte – entre os resultados de uma e de outro) mostram que tanto o rebanho bovino quanto o cavalari apresentaram uma queda sistemática na média de animais por inventário (com o bovino se recuperando apenas no último recorte). Por seu turno, o rebanho ovino, após uma queda acentuada na década de 1840, recuperou-se consistentemente nas décadas de 1850 e 1860.

Tabela 5: Média de animais por inventário por sub-recortes, Bagé (c.1820-1870)

Rebanhos	c.1820-1835		1841-1850		1851-1860		1861-1870	
	nº de inventários	média	nº de inventários	média	nº de inventários	média	nº de inventários	Média
Bovino	25	1.352,5	41	958	98	470	150	697
Cavalar		257		103		99,5		78
Ovino		160		34,5		44,5		108,5
Muar e asinino		3		8		6,5		7,5
Total		1.771,5		1.103		620,5		891

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Esta queda no número médio de animais na década de 1840, para além do já mencionado conflito bélico, tem outras explicações. Por exemplo, o período que iniciou em 1840 registrou uma duríssima combinação de uma forte seca com uma epizootia atingiu os rebanhos de várias localidades da Campanha.³⁶ Além disso, a alta demanda de gado nas charqueadas logo após o conflito, também pode ter influenciado essa queda, com a venda de matrizes e de um percentual geral do rebanho que não permitisse sua recuperação natural.³⁷

Paulo Zarth demonstra que um dos presidentes da província em exercício neste momento, Manoel Antônio Galvão, apontou algum dos problemas na pecuária sulina. No relatório de 1847, Manoel Antônio descreveu que

[...] a renda do imposto de 400 réis por cabeça de gado vacum, cavalar e muar exportado [decreceu]; [...] no exercício de 1845 a 1846 se tinha sentido este decréscimo, compara à renda com o exercício precedente. Investigar as causas que nisso tem influído é difícil; entretanto, não devem ter cooperado pouco o aperfeiçoamento das raças nos estabelecimentos de criar na província de São Paulo, a abertura de caminhos, o desfalque das manadas desta província [...].³⁸

Nos inventários também encontramos reclamações neste sentido. Um dos casos que ilustra bem o contexto adverso à pecuária está no inventário de Joaquim Alves Lucas, de 1846. A viúva e inventariante, Maria Felícia do

³⁶ Ibidem, p.135.

³⁷ Os autores agradecem ao colega historiador Juan Luis Maritren por essa observação.

³⁸ ZARTH, op. cit., *Do Arcaico ao Moderno*, p. 231.

Nascimento, explicando ao juiz alguns gastos realizados, relatou que não havendo nos bens do casal rendimentos “para fazerem todas as despesas em consequência da *peste e da Guerra Civil que grandes estragos fizeram em todas as Fazendas da Província*, foi preciso pedir dinheiro emprestado”.³⁹ Com efeito, houve uma queda no volume de charque exportado pela província do Rio Grande do Sul a partir de 1845.

Somente na década de 1860, com a interrupção das guerras e diminuição de episódios naturais, que a média de bovinos voltou a crescer.⁴⁰ Não à toa, neste momento acontece um acentuado e consistente aumento da exportação de charque (que sofrerá um revês apenas no final da década de 1860), o que demonstra que a economia pecuária da Campanha estava plenamente interligada ao mercado. Outro fator também pode ter influenciado no crescimento do gado: após o fim da guerra civil na Banda Oriental, em 1851, e a assinatura/imposição de tratados com os uruguaios, foi facilitada a entrada de gado oriental no RS. Assim, esse fluxo deve ter contribuído para um maior incremento dos rebanhos.⁴¹

Da década de 1850 para a de 1860, o rebanho ovino teve um aumento de 44,5 animais em média por inventário para 108,5 (apenas entre os criadores de gado *vacum*, de 53,5 para 149,5 animais em média). Este crescimento fez com que a média de ovelhas passasse a média do rebanho cavalariço, que sempre esteve no segundo posto, confirmando que a criação de ovelhas esteve, desde os primórdios da localidade, entre as principais atividades. A mesma ampliação se observou em Alegrete, onde a média de animais por inventário partiu de 245 na década de 1830, caiu para apenas 70 nos dez anos seguintes, voltando a subir para 166 nos anos 1850 e atingindo a 243 na década de 1860. Nesse caso, essa ampliação se deu principalmente em favor dos pequenos produtores. Se na década de 1830 os rebanhos ovinos estavam concentrados nos grandes estabelecimentos, sua recuperação na década de 1860, em Alegrete, demonstrava que muitos pequenos produtores criavam ovelhas e tinham no seu rebanho ovino uma fonte importante de receita. Nessa década, houve uma ampliação importante das exportações de lã no Rio Grande do Sul, ainda que em nada comparável com o que estava ocorrendo na Argentina e no Uruguai.⁴²

³⁹ APERS. Registro de Inventário. Joaquim Alves Lucas, Comarca de Rio Pardo, Fundo 007, I Vara da Família, nº 38, 1846. (grifos nossos)

⁴⁰ FARINATTI, op. cit., p. 135.

⁴¹ VARGAS, op. cit., p. 328.

⁴² *Ibidem*, p. 144. Ver também: BELL, Sphen. *Campanha Gaucha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Palo Alto: Stanford University Press, 1998.

Especialização e diversificação em uma região de predominância pecuária

Toda a análise empreendida até aqui, em que enfatizamos a importância da agricultura (presente – em um percentual mínimo – em 43% dos inventários), bem como a relevância de outros rebanhos nos permite, agora, verificar a diversificação produtiva, ou melhor, como as atividades econômicas eram combinadas pelos criadores/lavradores. Este recurso foi de fundamental importância, pois permitia a sobrevivência em contextos em que o mercado sofria oscilações em relação a um tipo específico de rebanho.

Dos 314 casos em que há o monte-mor bruto, em 31 não foi possível definir qual a atividade econômica/produtiva do inventariado. Nos outros 283 inventários foi possível classificar as atividades econômicas dos falecidos. Foram 61 (22,5%) os casos em que apenas a pecuária bovina era praticada. A partir daí a regra é a combinação de mais de uma atividade: bovina, ovina mais agricultura em 43 casos (15,2%); bovina mais ovina 40 casos (14,45%); bovina mais agricultura também 40 casos (14,45%). Um inventariante com uma atividade apenas aparecerá novamente somente em 4% (12 comerciantes) e 2,6% (8 agricultores) dos casos.

Em realidade, 89 inventários foram classificados com apenas uma atividade – a ‘Tabela 6’ traz detalhadamente essa questão, sendo que os percentuais foram calculados sobre os 283 casos classificados. Praticamente todas as atividades podem ser identificadas como *produtivas*, menos os casos do advogado Pedro Tito Régis, do carpinteiro Antônio Garcia, viúvo de Maria Angélica de Oliveira Garcia, e do rentista Eleutério José Pereira, também dono de uma botica.⁴³

Anteriormente esclarecemos sobre a baliza para que fosse determinado que um inventário indicava a produção agrícola. Chega a hora de explicar os critérios utilizados para a caracterização da produção de animais. Na ‘Tabela 6’, aqueles com 10 bois mansos e/ou touros entraram no ranking da atividade *bovina*. No caso dos ovinos, apenas aqueles inventários que tiveram 10 ou mais ovelhas foram classificados como produtores deste tipo de rebanho.

Por seu turno, o rebanho muar, ou melhor, sua produção: foram classificados como inventários com produção de mulas somente aqueles documentos que tiveram descritos um ou mais *burro hechor*, uma ou mais égua de cria de

⁴³ APERS. Registro de Inventário. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 284, 1870; APERS. Registro de Inventário. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 267, 1869; APERS. Registro de Inventário. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 208, 1864.

mula e ou 5 ou mais mulas (já que este tipo de rebanho não era produzido para ficar muito tempo em mãos do criador, sendo vendido em um curto espaço de tempo). A mula, um animal híbrido e estéril, nasce do cruzamento do burro (hechor) com a égua.

No século XIX a produção de mulas tinha como principal destino a Feira de Sorocaba na província de São Paulo, da onde eram revendidas para outras regiões, especialmente Minas Gerais. Apesar das regiões do planalto sul-riograndense e das Missões serem as principais produtoras de mulas, os números a seguir, próximos aos encontrados para Alegrete, mostram que a Campanha não estava apartada deste comércio.⁴⁴

Neste contexto, as atividades produtivas encontradas nos inventários foram classificadas em *bovino*, *ovino*, *muar* e *agricultura*, o que demonstra que Bagé era uma localidade essencialmente rural, pois praticamente nenhuma atividade manufatureira foi indicada. Para além dos já comentados 89 (31,5%) inventários que foram classificados com apenas uma atividade, a ‘Tabela 6’ demonstra que o predomínio absoluto, na localidade, era a da combinação de duas, três ou até mesmo quatro atividades econômicas/produtivas.

Como mencionado, o maior destaque é a combinação da pecuária bovina, ovina e da agricultura, confirmando que se a última estava dentro de uma lógica de abastecimento das próprias estâncias e do mercado local, a produção ovina servia para boa parte dos criadores de gado vacum diversificarem suas ações, mas permanecendo no ramo da pecuária. Em 43 casos, ou 15,2%, esta junção de atividades apareceu. José Antônio de Medeiros teve arrolado no inventário de sua falecida esposa, Guilhermina Marques, mais de 230 reses, 191 ovelhas, enxadas, carretas, um machado e um moinho. No inventário de Antônia Benta Pires, seu viúvo, Januário Simões Pires descreveu 2.500 reses, enxadas, machados, 50 bois mansos, carretas e o escravo Manoel Antônio, roceiro de 60 anos.⁴⁵

Depois a maior recorrência foi a da combinação de uma ou outra (ovina ou agricultura) com a pecuária bovina – 40 (ou 14,45%) inventários cada. Serafina Antônia de Farias teve anotado em seu inventário 4 escravos, 410 reses e 200 ovelhas. Já Maximiano José Correia, além de alguns imóveis no Brasil e uma propriedade rural no Estado Oriental legou 2.550 cabeças de gado

⁴⁴ ZARTH, op. cit., *Do Arcaico ao Moderno*, p. 234; *Ibidem*, p.142; ARAÚJO, op. cit., pp. 86-115; FONTELLA, op. cit., p. 44 – especialmente, o ótimo subcapítulo ‘As mulas com cabeça: a pecuária muar na região das Missões’.

⁴⁵ APERS. Registro de Inventário. Guilhermina Marques. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 154, 1859; APERS. Registro de Inventário. Antônia Benta Pires. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 187, 1862.

vacum e 200 ovelhas (estás no além-fronteira).⁴⁶ Como exemplos de criadores que também praticavam a agricultura temos Joaquim Antônio dos Santos, em cujo inventário foi arrolado 500 reses, enxadas, machados, uma carreta, bois mansos, um moinho e quatro escravos roceiros (todos entre 45 e 70 anos), e Serafim Alves da Costa, proprietário de mais de 1.300 reses, 24 bois mansos, carretas, machados, arados e pás.⁴⁷

Tabela 6: Diversificação das atividades econômicas, Bagé (c.1820-1870)

nº de atividades	Atividades(s)	nº	%
1	Bovina	61	22,5
	Comércio	12	4
	Agricultura	8	2,6
	Ovina	2	0,5
	Olaria	2	0,5
	Muar	1	0,35
	Advocacia	1	0,35
	Artesão	1	0,35
	Rentista	1	0,35
Total		89	31,5
4	Bovina + ovina + agricultura + muar	19	6,8
	Comércio + bovina + ovina + agricultura	2	0,5
	Comércio + ovina + agricultura + muar	1	0,35
	Rentista + bovina + agricultura + muar	1	0,35

Total		23	8
nº de atividades	Atividades	nº	%
2	Bovina + ovina	40	14,45
	Bovina + agricultura	40	14,45
	Bovina + muar	12	4
	Ovina + agricultura	2	0,5
	Comércio + bovina	2	0,5
	Comércio + agricultura	1	0,35
	Total	97	34,25
3	Bovina + ovina + agricultura	43	15,2
	Bovina + agricultura + muar	15	5,35
	Bovina + ovina + muar	13	4,7
	Comércio + bovina + agricultura	3	1
Total		74	26,25

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

No total das combinações *bovina + ovina* (com ou sem produção agrícola, mas sem muar) esteve presente em 86 casos (ou 30,5% dos inventários). Fica nítido, assim, que a produção ovina servia, mais do que a muar (diferente do que ocorria na região das Missões e na região do Planalto), aos criadores

⁴⁶ APERS. Registro de Inventário. Serafina Antônia de Farias. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 147, 1858; APERS. Registro de Inventário. Maximiano José Correia. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 234, 1866.

⁴⁷ APERS. Registro de Inventário. Joaquim Antônio dos Santos. Comarca de Rio Pardo, Fundo 007, I Vara de Família, nº 1861, 1849; APERS. Registro de Inventário. Serafim Alves da Costa. Comarca de Caçapava, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 183, 1861.

de gado da Campanha como suporte e uma alternativa para diversificarem suas atividades, não se atendo apenas ao gado *vacum* (dependendo de suas oscilações, produtivas e de mercado).

Além do mais, a produção ovina podia fornecer material para uma produção caseira e rústica de tecidos e roupas. Dentre os bens de Manoel Vieira da Cunha foram arroladas quase 5 mil reses, 550 ovelhas e, entre os 28 cativos, a escrava “Petronilha, mulata de 33 anos e *boa costureira*”. No inventário de Cândida Olinto de Freitas foram descritas mais de 2.200 reses, 200 ovelhas e um tear. O capitão Mateus Teixeira Brasil, no inventário de sua esposa, Firmina de Souza Brasil, declarou que seu casal era proprietário, dentre outras poses, de 5.600 reses, 50 bois mansos, mais de 600 equinos, 60 mulas, 10 burros hechores e quase mil ovelhas. Além dos animais, o capitão Mateus listou um tear e, dentre os 28 escravos, a cativa “Isabel, parda, *costureira*”.⁴⁸ A pecuária bovina também esteve combinada apenas com a produção de mulas, embora em menor grau (28, ou 10%, contados aqueles em que agricultura e comércio estiverem presentes também). É o caso do inventário de Manoel José de Santana. Dentre os bens elencados estavam 445 reses (entre mansas, xucras e costeadas), 19 mulas, 5 burros hechores, 100 éguas de criam, enxadas, machados, uma carreta e um ferro de arado. Maria Gonçalves da Silva teve descrito em seu inventário cinco escravos, dentre eles o crioulo de 20 anos Venâncio, designado como *campeiro, roceiro e pagem* do viúvo, José Gomes Jardim, duas enxadas, um machado, um arado, uma pá, 576 reses, 4 bois mansos, 139 equinos, e mulas chucras e 1 burro hechor.⁴⁹

Finalmente, merece destaque a combinação entre todas as atividades produtivas: bovina, ovina, muar e agricultura (19 casos, quase 7%). O caso citado há pouco, do capitão Mateus Teixeira, é um deles. Um criador de menor envergadura (ou bem menor que o capitão Mateus), mas que também diversificou ao máximo suas ações foi Francisco de Paula e Silva. No inventário de sua falecida esposa, Genoveva Maria da Conceição, foram arrolados 6 escravos, sendo 3 roceiros (o centro-africano Joaquim, de mais de 50 anos, Antônio, Congo, de cerca de 50 anos e Paulo, Cabundá), enxadas, machados,

⁴⁸ APERS. Registro de Inventário. Manoel Vieira da Cunha. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 109, 1854; APERS. Registro de Inventário. Cândida Olinto de Freitas. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 141, 1858; APERS. Registro de Inventário. Firmina de Souza Brasil. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 202, 1861. (grifos nossos)

⁴⁹ APERS. Registro de Inventário. Manoel José de Santana. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 75, 1851; APERS. Registro de Inventário. Maria Gonçalves da Silva. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 197, 1862. José Gomes disse escreveu ao juiz, pedindo Venâncio em sua meação, pois ele, Venâncio, nas suas palavras do viúvo, “me faz todo o serviço porta adentro”. (grifos nossos)

carretas, um moinho, bois mansos, algumas árvores frutíferas, 191 reses, 16 equinos, 9 mulas e 250 ovelhas, além de um tear.⁵⁰ Há alguns outros casos de pequenos e médios criadores que conseguiram diversificar de maneira bastante abrangente sua produção.

Considerações Finais

Ao longo do século XIX, a expansão da fronteira de ocupação luso-brasileira para sul e oeste no Rio Grande de São Pedro esteve ancorada, em grande medida, na produção de gado para abastecimento das charqueadas do litoral da província. Os estímulos mercantis para essa produção vinham das praças do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, de onde o charque era distribuído para servir como alimento para as populações pobres das cidades e para os trabalhadores escravizados das grandes lavouras de cana, dos engenhos de açúcar e das fazendas de café.⁵¹ Não há dúvida de que essa conexão constituía e balizava as características da economia que se formou nessa fronteira/periferia. Contudo, isso está longe de resolver, de *per se*, a história econômica e social daquelas paragens. Estudos surgidos nas últimas décadas têm mostrado a complexidade vigente nos extremos do sistema e suas conexões com outras áreas, fora dos principais eixos econômicos. Aqui, colocando o foco em uma região específica e investigando os matizes da especialização e da diversificação produtivas ali presentes, tivemos por intenção contribuir com esse esforço coletivo. Por isso a escolha de uma região que era a pátria pecuária por excelência.

Em Bagé, a predominância da pecuária bovina atingiu um grau importante e, se tivéssemos que empregar um só rótulo, não hesitaríamos em classificá-la como especializada nesta atividade, tanto mais se a comprarmos com outras regiões da província. Contudo, como vimos, outras atividades também existiam naquele espaço e o modo como se combinavam com a criação de bovinos não é irrelevante para a análise daquela estrutura agrária.

Por fim, cremos ter demonstrado que a diversidade produtiva não foi exclusividade das grandes estâncias e dos grandes criadores, mas algo

⁵⁰ APERS. Registro de Inventário. Genoveva Maria da Conceição. Comarca de Rio Pardo, Fundo 007, I Vara de Família, nº 41, 1847.

⁵¹ VARGAS, op cit. Para uma visão geral do debate sobre o tema, ver: CAIO PRADO Jr., op. cit.; CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; ZARTH, op. cit., *Do Arcaico do Moderno*; OSÓRIO, op. cit., *O império português*; MENZ, Maximiliano. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009; FARINATTI, op. cit.; ALADRÉN, op. cit.

acessível a produtores de menor envergadura também. Helen Osório já havia encontrado tal diversidade para o período colonial. E, no oitocentos, já Império do Brasil, esta característica não foi uma peculiaridade apenas da Campanha, conforme atestou Leandro Fontella para a região das Missões.⁵² Enfim, a paisagem agrária da Campanha era bem mais que um aglomerado de grandes estâncias onde se criava somente gado vacum. Tal conclusão tem implicações não apenas para o entendimento de como funcionava a economia da região, mas também para a compreensão de como se processavam as relações sociais daquele mundo rural e escravista, aspectos que extrapolam os objetivos mais imediatos do presente estudo.⁵³

Referências

- AITA, Edsiana de B. *“Entre a lagoa e o mar”: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2014. (Dissertação de Mestrado)
- ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: UFF PPGH, 2012. (Tese de Doutorado)
- ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- BELL, Sephen. *Campanha Gaucha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Palo Alto: Stanford University Press, 1998.
- CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, André. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: UFSM PPGH, 2013. (Dissertação de Mestrado)
- FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ PPGHIS, 2007. (Tese de Doutorado)

⁵² OSÓRIO, op. cit., *O império português*, parte 2; FONTELLA, op. cit., p. 90.

⁵³ Para tal questão, ver: FARINATTI, op. cit.; MATHEUS, op. cit., *A produção da diferença*.

FOLETTTO, Arlene G. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2003. (Dissertação de Mestrado)

FONTELLA, Leandro G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1860)*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRAGOSO, João e PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem, *Revista Arrabalde*, Niterói, n. 2, set.-dez. 1988.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2005. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói: UFF PPGH, 2013. (Tese de Doutorado)

GIL, Tiago L. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

GRAÇA FILHO, Afonso de A. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado)

_____. *A Princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUZZELLI, Cesar A. B. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado)

GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Porto Alegre: UFRGS PPGH, 2015. (Dissertação de Mestrado)

HAMEISTER, Martha D. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 - c. 1763)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2002 (Dissertação de Mestrado)

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842)*. Rio de Janeiro: SMC, 1993.

MAGALHÃENS, Manoel A. Almanaque da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul (1808). In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - Tomo XXX, 1ª parte*. Rio de Janeiro: IHGB: 1867.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

_____. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016. (Tese de Doutorado)

_____. Batismos de escravos e a reprodução da escravidão (Bagé, século XIX), *Métis: História & Cultura*, Caxias, v. 19, p. 32-53, 2020.

MENZ, Maximiliano. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MONSMA, Karl. Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX: um estudo comparativo do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires. In: HARRES, Marluza M. Reguera, Andrea (Orgs.). *Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada. Brasil - Argentina (séculos XIX e XX)*. São Lourenço: Oikos, 2011.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado)

_____. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETIZ, Silmei de S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009, p. 69. (Tese de doutorado)

PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SIQUEIRA, Ana Paula P. de. *Cativeiro e dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: UFSC/PPGH, 2010, p. 8. (Dissertação de Mestrado)

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Brasil (São Francisco de Cima da Serra, 1850-1871)*. Florianópolis: UFSC PPGH, 2008. (Dissertação de Mestrado)

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado)

ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do Arcaico ao Moderno. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Artigo recebido para publicação em 20/04/2020

Artigo aprovado para publicação em 29/10/2020